



Tribunal de Contas da União

PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 28, inciso XXXIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução-TCU nº 155, de 4 de dezembro de 2002, resolve:

Nº 58-DECLARAR VAGO, com fundamento no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 18 de fevereiro de 2009, o cargo de Analista de Controle Externo, Área Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, ocupado por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO, Matrícula 2799-5, por motivo de posse em outro cargo acumulável (Processo nº TC-004.334/2009-7).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXIII do artigo 28 do Regimento Interno, resolve:

Nº 59-TORNAR sem efeito a publicação da Portaria-TCU nº 54, de 26 de fevereiro de 2010, que trata da aposentadoria da servidora Maria das Graças Sirotheau Corrêa, matrícula nº 2609-3, publicada no Diário Oficial da União de 1º de março de 2010, Seção 2, página 69.

UBIRATAN AGUIAR

PORTARIA Nº 60, DE 2 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, publicada em 17 de julho de 1992, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Área Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, a LANA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 173-2, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 6 de julho de 2005, acrescido da vantagem prevista no artigo 15, § 1º, da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 13 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998 (Processo TC-002.100/2010-0).

UBIRATAN AGUIAR

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 24, DE 2 DE MARÇO DE 2010

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Portaria-TCU nº 142, de 9 de março de 2009, c/c a Portaria-CCG nº 8, de 1º de março de 2010, resolve:

Art. 1º Designar CARLOS SEBASTIÃO DA COSTA, matr. 4552-7, Auditor Federal de Controle Externo (Área Controle Externo), para exercer, na Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento/SEGECEX, a função de confiança de Especialista Sênior Nível III - Direção, Código FC-5, no período compreendido entre a data da publicação desta Portaria e 1º de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do item I do artigo 1º do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990 e, conforme o que consta do processo nº 50.333/1994, resolve:

Alterar o Ato do Presidente de 09 de novembro de 1992, publicado no Diário do Oficial da União do dia 12 subsequente, alterado pelo Ato do Presidente de 14 de janeiro de 1993, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 subsequente, que aposentou NEUSA TEREZINHA RODRIGUES VARGAS, pertencente à Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Adjunto Parlamentar, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, para incluir, a partir de 1º de julho de 1994, as vantagens previstas no § 1º do artigo 1º e artigo 4º da Resolução nº 70, de 24 de novembro de 1994, conforme o que consta do processo nº 102.154/1996, resolve:

Alterar o Ato do Presidente de 26 de fevereiro de 1992, publicado no Diário do Congresso Nacional do dia 27 subsequente, que aposentou VANILDA AVANCINI, pertencente à Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Adjunto Parlamentar, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, para incluir, a partir de 1º de julho de 1994, as vantagens previstas no § 1º do artigo 1º e artigo 4º da Resolução nº 70, de 24 de novembro de 1994.

MICHEL TEMER

ATOS DE 2 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 3.620/2010, resolve:

Tornar sem efeito a nomeação de EDILEUZA RIBEIRO SODRÉ para exercer o cargo efetivo de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Padrão 7, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Ato do Presidente de 22 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2010, em virtude de pedido de posicionamento no final da lista de aprovados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 103.587/2010, resolve:

Tornar sem efeito a nomeação de CLARA LEMOS DA MATTA MACHADO para exercer o cargo efetivo de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Padrão 7, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Ato do Presidente de 22 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2010, em virtude de pedido de posicionamento no final da lista de aprovados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 103.586/2010, resolve:

Tornar sem efeito a nomeação de GUSTAVO ANDRÉ GUIMARÃES MEDEIROS para exercer o cargo efetivo de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Padrão 7, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Ato do Presidente de 22 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2010, em virtude de pedido de posicionamento no final da lista de aprovados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 103.527/2010, resolve:

Tornar sem efeito a nomeação de MOISÉS BRAGA RIBEIRO, para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Analista de Informática Legislativa, Padrão 31, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Ato do Presidente de 22 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2010, em virtude de pedido de posicionamento no final da lista de aprovados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, DARIO ANDRE LOUZADO para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Analista de Informática Legislativa, Padrão 31, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 51, de 22 de setembro de 2009, publicado no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados de 23 de setembro de 2009.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Nos termos do artigo 33, item VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, declarar, a partir de 23 de fevereiro de 2010, a vacância do cargo efetivo de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Polícia Legislativa, ocupado pelo servidor MARLON ALVES DE SOUSA SILVA, ponto 7.040, em virtude de posse em outro cargo acumulável.

MICHEL TEMER

SENADO FEDERAL

ATO Nº 58, DE 2 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Nomear JANE MARIA DE ARAUJO NEVES, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senador JOSÉ SARNEY

DIRETORIA-GERAL

ATO Nº 443, DE 2 DE MARÇO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e conforme a competência estabelecida no inciso IX, do Ato nº 12, de 31.08.95, da Comissão Diretora, e tendo em vista o que consta no Processo SF nº 003456/10-2, resolve:

Fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a MARLENE MARIA FABRI FREITAS CARNEIRO, na condição de ex-esposa pensionada, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor CLAUDIO JULIO FREITAS CARNEIRO, matrícula 2309, a partir da data do óbito, 06/02/2010.

HAROLDO FEITOSA TAJRA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso II do artigo 9º e no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/90, resolve:

Nº 59 - Art. 1º Dispensar:

I - FABIANO ALCÂNTARA PARENTE FARIAS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente III, nível FC-03, do Gabinete do Diretor-Geral;

II - SUSANA SINARA RAMOS TORRES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente IV, nível FC-04, do Gabinete do Diretor-Geral.

Art. 2º Designar:

I - SUSANA SINARA RAMOS TORRES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente III, nível FC-03, do Gabinete do Diretor-Geral;

II - FABIANO ALCÂNTARA PARENTE FARIAS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente IV, nível FC-04, do Gabinete do Diretor-Geral.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso II do artigo 9º e no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/90, resolve:

Nº 80 - Art. 1º Dispensar FRANCISCA GONÇALVES DE MENDONÇA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente II, nível FC-02, da Seção de Controle do Patrimônio.

Art. 2º Designar NERLI TERESINHA REIS TEIXEIRA ZAFFARI, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente II, nível FC-02, da Seção de Controle do Patrimônio.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no caput do artigo 38 da Lei nº 8.112/90, resolve:

Nº 61 - Art. 1º Dispensar FRANCISCA GONÇALVES DE MENDONÇA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do encargo de substituta do Chefe de Seção, nível FC-06, da Seção de Controle do Patrimônio.

Art. 2º Designar NERLI TERESINHA REIS TEIXEIRA ZAFFARI, Técnico Judiciário, Área Administrativa, como substituta do Chefe de Seção, nível FC-06, da Seção de Controle do Patrimônio.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no caput do artigo 38 da Lei nº 8.112/90, resolve:

Nº 62 - Designar CECÍLIA MARIA PINHEIRO MONTENEGRO BUGARIN, Analista Judiciário, Área Judiciária, como substituta do Assessor-Chefe, nível CJ-3, da Assessoria de Gestão Estratégica, no período de 25 a 26 de março de 2010.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIAS DE 2 DE MARÇO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Portaria-TSE nº 108, de 4 de fevereiro de 2009, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 3.441/2010, resolve:

Nº 70 - declarar vago, a partir de 11 de fevereiro de 2010, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por BIANCA ARAUJO BORGES, em decorrência de posse em outro cargo público, acumulável.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Portaria-TSE nº 108, de 4 de fevereiro de 2009, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 2.777/2010, resolve: